PROJETO DE LEI Nº 109, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Cria o programa permanente de atualização cadastral dos servidores públicos municipais ativos e inativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, denominado censo previdenciário e cadastramento dos servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJEADO, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Município manterá os seguintes programas permanentes de atualização cadastral:

I – dos servidores inativos, assim considerados os aposentados e os pensionistas, cujos benefícios sejam custeados pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, denominado censo previdenciário; e

II - dos servidores ativos e demais cargos em comissão, denominado cadastramento dos servidores.

Art. 2º O censo previdenciário e o cadastramento dos servidores será realizado no mínimo uma vez a cada quatro anos e será regulamentado por Decreto.

Art. 3º O não fornecimento das informações exigidas, nas datas, locais e formas estabelecidas no Decreto a que refere o Art. 2º, autoriza:

I - a suspensão do pagamento dos benefícios previdenciários percebidos pelos aposentados e pensionistas e custeados pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, até a regularização do cadastro, no caso do inciso I do §1º;

II – a aplicação das penalidades disciplinares previstas no artigo 190 da Lei Complementar nº 001/2016 (Regime Jurídico Único dos Servidores), no caso do inciso II do §1º.

Art. 4º O censo previdenciário e o cadastramento dos servidores poderão ser realizados de forma conjunta, devendo iniciar ainda no presente ano.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

LAJEADO, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

**MARCELO CAUMO
PREFEITO**

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 109, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Expediente 8218/2017

**SENHOR PRESIDENTE.
SENHORES VEREADORES.**

Encaminhamos para apreciação dessa Câmara de Vereadores o anexo Projeto de Lei que **“Cria o programa permanente de atualização cadastral dos aposentados e dos pensionistas e dos servidores públicos municipais”**.

A realização periódica do censo previdenciário é uma obrigação legal, expressa nos artigos 3º e 9º, II, da Lei Federal nº 10.887/2004. É o procedimento que permitirá a atualização e consolidação do Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social – CNIS/RPPS, sistema unificado contendo as informações previdenciárias de todos os servidores públicos do país.

A presente lei tem como objetivo manter as informações cadastrais previdenciárias dos servidores municipais compatíveis com a base de dados gerida pelo Ministério da Previdência Social, de forma que a atualização da base de dados é imprescindível para a projeção das despesas e para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, assegurando a concessão dos benefícios previdenciários presentes e futuros aos seus filiados e aos dependentes desses.

Dessa forma, através da presente lei, todos os servidores deverão atualizar os seus dados cadastrais, bem como anexar cópias de comprovantes e documentos para que estas informações sejam incluídas ou modificadas no sistema informatizado do RH para atender a obrigação legal do eSocial e as exigências do Ministério da Fazenda em razão do RRPS – Regime Próprio de Previdência Social.

Já a atualização cadastral destina-se ao atendimento de exigências do eSocial, no que tange aos dados cadastrais de todos os servidores públicos municipais e dos cargos em comissão.

O eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – foi instituído pelo Decreto nº 8373/2014 e por meio dele os empregadores passarão a comunicar a União, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores (vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio), escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

Ela decorre de obrigação legal e impõe que os cadastros de todos os servidores estejam corretos, completos e atualizados, sob pena de aplicação de penalidades aos envolvidos.

LAJEADO, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

**MARCELO CAUMO,
PREFEITO**